



COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES
(organizadoras)



2021



Volume 92

DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

**ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES**
(organizadoras)



BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa

Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Elói Martins Senhoras
Marcos de Lima Gomes

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

An1 ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras).

Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 241 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas, vol. 92. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-0-4
<http://doi.org/10.5281/zenodo.4763295>

I - Assistente Social. 2 - COVID-19. 3 - Educação. 4 - Serviço Social.

I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Serviço Social. IV - Série

CDD – 360

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



FORMAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Tatiana Reidel

Luciana Cantalice

Esta produção resulta da parceria entre assistentes sociais, militantes de entidades representativas de nossa categoria profissional, professoras e pesquisadoras de dois extremos geográficos de nosso país (Sul e Nordeste), que têm buscado avançar em estudos e análises sobre as particularidades e as implicações da Formação e do Trabalho em Serviço Social em tempos de Covid-19. Diante disso, apresentamos a sistematização do conhecimento, produzido de modo solidário e coletivo, buscando contribuir para as reflexões sobre a formação em Serviço Social dentro desse contexto pandêmico, considerando a superexploração do trabalho vivenciada por assistentes sociais docentes, bem como os desafios que se colocam para os/as discentes provenientes da classe trabalhadora, que precisam ter condições concretas de acompanhar e permanecer no ensino superior e acessar seu direito a uma formação de qualidade.

Para avançar nessa análise, organizamos esta produção considerando três pontos norteadores de nossas reflexões. O primeiro consiste na análise da conjuntura e do contexto de pandemia mundial, abordando seus impactos para a profissão e para a formação profissional; o segundo, na observação dos novos e velhos desafios postos para a formação em serviço social em tempos de Covid-19; e o terceiro, nas perspectivas de resistência que se forjam frente à nova/velha política educacional, considerando as recomendações de Saúde Pública, das Diretrizes Curriculares

(1996) para os cursos de Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social – CFESS/CRESS e da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), bem como das demais normativas e resoluções que orientam e contribuem para preservar a direção ética e política que se consolida na formação e no trabalho profissional.

A terceira década do século XXI traz para o mundo um momento singular à ordem capitalista: o contexto da pandemia do Coronavírus/Covid-19. Conforme Marx e Engels (2007), o ser humano genérico, dotado de consciência, é responsável por construir a sua própria história, todavia, não o faz nas condições que escolhe. Há condições que são dadas e que, por sua vez, medeiam suas ações, relações sociais e o próprio processo de desenvolvimento social. A referida pandemia não é um evento previsto nem se constitui como uma tendência da legalidade social. Ela se afirma como um acaso na história e, dadas sua magnitude e letalidade, as consequências societárias, a curto, médio e longo prazo, são nefastas.

Os dados da pandemia do Coronavírus/Covid-19 são estarrecedores. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), o vírus encontra-se presente em todos os continentes do globo, sendo confirmados no mundo, até 27 de janeiro de 2021, 99.864.391 casos de Covid-19, com o aumento de 468.808 novos casos em relação ao dia anterior, e 2.149.700 mortes, sendo 12.856 novos óbitos em relação ao dia 26 de janeiro de 2021. No conjunto dos países das Américas, onde se registra o maior número de casos, temos: 44.197.482 casos confirmados e 1.015.534 mortes. Em particular, o Brasil, que ocupa o terceiro lugar nas estatísticas, ficando abaixo apenas dos Estados

Unidos da América e da Índia, registra o número de 8.933.356 casos confirmados e 218.878 mortes (OMS/OPAS, 2021).

Ressaltamos que no caso brasileiro, dentre os países com o maior número de casos confirmados e mortes, o governo federal e o respectivo Ministério da Saúde, aos quais competem o planejamento e a logística de imunização da população, operam a maior campanha antivacina vista em todo o mundo. Além do discurso aberto e negacionista a respeito dos benefícios da vacinação contra o Coronavírus, destacam-se a desídia e a negligência no tocante à obtenção e à disponibilização das doses de vacina para a população, mesmo possuindo um Sistema Único de Saúde que tem a capacidade técnica e operativa de vacinar milhares de pessoas por dia em todo o território nacional, visto o Plano Nacional de Vacinação já existente na rede de saúde do país.

Essas estatísticas mostram que, apesar do efetivo início da vacinação contra o referido vírus, a pandemia ainda está em ascendência, o que desafia os governos, as organizações de saúde, as profissões e a população na direção da manutenção de estratégias de enfrentamento dessa realidade. Sabemos que, mesmo com a vacinação em curso, os protocolos de saúde deverão ser mantidos, dado o longo percurso para a imunização de toda a população mundial. Há, ainda, um iminente risco de contágio, sobretudo, considerando as novas cepas – modificações no vírus – que estão sendo identificadas em diversos países.

Os efeitos dessa pandemia vão além daqueles que envolvem uma crise sanitária e suas consequências à saúde da população mundial. A estes, soma-se o agravamento de uma crise estrutural já vivida pela ordem capitalista desde os idos dos anos 1970 (MÉSZÁROS, 2009). Vivenciávamos um processo de estagnação da economia mundial antes da pandemia, cujas repercussões societárias inscreviam-se na ordem do desemprego estrutural crescente, inclusive, nas economias ditas de capitalismo central; no

aumento da desigualdade social e da pobreza extrema; no recrudescimento do estado penal, dada a incapacidade do Estado de responder às expressões da questão social pela mediação dos direitos e das políticas sociais; e na completa incapacidade do modo de produção de retomar o seu crescimento econômico.

A necessidade de se conter a pandemia em questão levou estados nacionais, sob a pertinente pressão dos organismos internacionais e dos especialistas em saúde, a decretar *lockdowns*²¹ e a drenar recursos para pesquisas e para a dispensação de equipamentos de saúde. Desse modo, os impactos da pandemia nos países de capitalismo central foram contundentes, sobretudo, porque a atual conjuntura alterou a dinâmica da acumulação capitalista, a exemplo do processo de realização da mais-valia, posto que os referidos *lockdowns* alteraram a circulação e o consumo das mercadorias. Essa realidade obrigou os governos a abrirem os cofres públicos e empreenderem esforços voltados à mitigação dos efeitos da pandemia na economia e nas condições de vida da população. Sobremaneira, tornou-se urgente um vasto investimento em ciência, na intenção de que um mapeamento genético desse novo vírus indicasse um tratamento que contivesse os graves efeitos de sua infecção e a descoberta de uma vacina. Esta última, segundo os epidemiologistas, era o horizonte estratégico para a contenção efetiva dessa pandemia.

No Brasil, mediante o fechamento das cidades e o cancelamento de atividades não essenciais, o atual governo, seguindo as diretrizes ultraneoliberais, destinou recursos vultosos ao sistema financeiro; concedeu incentivos ao empresariado – pequenos e médios –, sob o argumento de conter demissões e falências em massa; e em menor medida dispensou recursos, em

²¹ Expressão em inglês utilizada para se referir ao ato compulsório de fechamento das cidades, no que se refere às atividades não essenciais, com vistas a restringir a circulação de pessoas e, com isso, incidir sobre o controle de infecções virais.

face da aprovação no Congresso Nacional, destinados a um auxílio emergencial para a população inserida na pobreza extrema.

Considerando, ainda, a particularidade do Brasil, enquanto país de capitalismo dependente e periférico, as consequências da articulação entre uma crise sistêmica e uma crise sanitária severa, além do endosso de uma política genocida pelo governo federal, empurraram o país ao abismo. Por aqui, antes mesmo da pandemia, já se registravam indicadores sociais que apontavam para o agravamento das múltiplas expressões da questão social, por exemplo: índice de desemprego de 12,2% no primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2019); aumento da insegurança alimentar por domicílio, em 2013, 77,4% dos domicílios brasileiros eram considerados dentro dos índices de segurança alimentar, já em 2018 esse percentual caiu para 63,3% (IBGE-POF, 2017-2018); déficit habitacional, que atingiu o número de 7,7 milhões em 2017, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV-ABRAINCA, 2021); retorno de doenças já consideradas erradicadas no Brasil, como o caso do surto de sarampo nos estados de Amazonas e Roraima (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Contraditoriamente, as estratégias operadas pelo governo brasileiro, diante dessa realidade, são na ordem da concentração do orçamento público destinado às despesas a serviço da dívida e do refinanciamento da dívida pública (66%), notadamente, em detrimento de investimentos na seguridade social (CGU-PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2021).

Considerando esses indicadores sociais e a realidade pandêmica, observamos a articulação entre uma economia em crise, uma estrutura histórica de desigualdades sociais e a vigência de um governo ultraliberal em uma conjuntura de crise sanitária, cujas consequências atingiram de forma mais contundente a classe trabalhadora.

Essas alterações na totalidade social incidiram em desafios às profissões, na dimensão da formação, da pesquisa e do trabalho

profissional. A conjuntura recente trouxe para as diversas áreas a reedição de velhas demandas e, também, o surgimento de novas requisições. Estas últimas estão relacionadas às questões próprias da pandemia e suas diversas mediações políticas, econômicas, sociais, sanitárias, culturais e ideológicas.

No âmbito do Serviço Social, o desafio é o de decifrar a atual realidade em sua complexidade e, por meio de sua instrumentalidade, emitir respostas profissionais na direção do enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Tenta-se, assim, não sucumbir ao imediatismo das exigências postas diante do ineditismo da realidade pandêmica para a profissão, à pressão institucional por respostas às novas requisições nas diversas áreas e à armadilha da desprofissionalização.

Sendo assim, embora tenhamos consciência da limitação de realizar essa reflexão em um capítulo, buscamos finalizar essa discussão articulando as ênfases dos tópicos analisados no corpo desta produção, na perspectiva de evidenciar uma totalização provisória.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Em 2021, celebramos 85 anos desde a primeira escola de Serviço Social no Brasil, assim como 25 anos da implementação das Diretrizes Curriculares (construídas coletiva e democraticamente no interior da categoria e aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 1996), que evidenciaram e assumiram compromisso com um projeto de formação profissional contendo valores contrários à perspectiva do capital. No entanto, ao longo de uma árdua trajetória de lutas para a garantia de uma formação

profissional de qualidade, convivemos com o movimento de contrarreforma do Estado, em que o Ensino Superior (LIMA; PEREIRA, 2009) e os demais campos das políticas públicas tornaram-se foco de alterações que ocorreram sob orientação do mercado, dando ênfase ao empreendedorismo e à eficácia como balizadores de seu funcionamento.

Desse modo, com a diminuição da responsabilidade do Estado nessa política, acompanhou-se o enxugamento das verbas para o ensino público, o que aconteceu também com as demais políticas sociais, com repercussão inversa na ampliação do capital internacional na educação. As últimas décadas demonstraram os impactos e as mudanças estruturais na política de educação superior no Brasil, em que a universidade se converteu em um espaço de negócios, tornando-se uma instituição que vende serviços, e a perspectiva acadêmica passou a ser avaliada pelo desenvolvimento de seu espírito empreendedor (REIDEL, 2010).

Ao analisarmos a trajetória histórica da formação profissional em Serviço Social no Brasil, destacamos que a partir dos anos 2000 ocorreram mudanças profundas. Acompanhamos governos do Partido dos Trabalhadores implementarem a política de expansão do ensino superior sob a regência do capital e alinhando-se com orientações de organismos internacionais. Com isso, aumentou vertiginosamente o número de instituições de ensino superior privado, bem como houve a proliferação desenfreada do Ensino a Distância (EaD). Nesse período, apesar do aumento das universidades públicas e dos institutos federais no país, a maioria das vagas disponibilizadas ia direta ou indiretamente para o setor privado (PEREIRA, 2009), alterando, assim, a geografia da formação no país.

O Estado avança, de modo galopante, no agenciamento e na expansão da educação superior através do fortalecimento de parcerias com a iniciativa privada, compartilhando as verbas

destinadas à educação, incentivando a privatização e contribuindo para o aumento exponencial do empresariamento da educação por meio de conglomerados – grandes corporações – e expansão do Ensino a Distância. Esse fato reforça um projeto governamental que se vincula aos interesses do desenvolvimento capitalista. Com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, a educação brasileira avançou em um processo profundo de retrocessos marcados pela ascensão do conservadorismo e pelo aprofundamento da privatização do ensino, que ocorreu de modo concomitante com a regressão dos direitos sociais.

O atual governo brasileiro avança ainda mais significativamente nesse desmonte, na medida em que demonstra seu desprezo pela Educação e pelo Ensino Superior, realizando alterações no Ministério da Educação, que prioriza a privatização em detrimento do ensino público, laico, de qualidade, social e democraticamente referenciado, bem como reduz investimentos, subsidiado pela Emenda Constitucional (EC) n. 95, o que incide diretamente nas universidades federais, com corte de 30%, evidenciando assim o descaso pela ciência. Vivenciamos um ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, diretamente afetadas pelos cortes de bolsas e de financiamentos de pesquisa, o que prejudica não somente a qualidade da formação e os Programas de Pós-Graduação, dentre eles os de Serviço Social, que se sentem ameaçados de terem seus programas extintos, como também o desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa contextualização se faz necessária para que possamos considerar e refletir sobre os novos desafios, sem perder de vista aqueles configurados como velhos e conhecidos problemas postos para a graduação e a pós-graduação, que se exacerbam em tempos de Covid-19. Nesse cenário, os desafios que identificamos a partir da situação do novo Coronavírus não podem ser analisados sem

considerarmos o contexto que se forja no bojo da reforma universitária e os obstáculos postos para a garantia de uma formação de qualidade frente à égide da ofensiva neoliberal, cujas demandas e desigualdades são orquestradas pelo capitalismo e se ampliam com a pandemia. No campo da Educação, destaca-se a medida preventiva, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, de suspensão das aulas presenciais no Brasil por tempo indeterminado, de acordo com a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação pandêmica. No entanto, ao reiterar a autonomia da universidade para adotar a EaD, o MEC não evidencia sua implicação na garantia de uma educação de qualidade para todos, em face das diversas desigualdades sociais e particularidades do/as estudantes brasileiro/as. Desse modo, nacionalmente, prolifera-se a denominação “Ensino Remoto”, tanto na esfera privada como na pública de educação. Nesse modelo, os/as docentes utilizam-se de suas casas como lócus de trabalho, tendo que aprender a manusear e otimizar instrumentos tecnológicos e plataformas digitais sem parar de trabalhar e sem dispor muitas vezes de condições objetivas e materiais para isso. Além de acompanhar a desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho dos/as professores no Brasil, é preciso visibilizar o caráter de feminização da docência. A respeito desse ponto, enfatizaremos a docência em Serviço Social (que também evidencia essa característica em seu corpo discente), posto que essa nova realidade, denominada de “*home office*” ou “teletrabalho”, obrigou essas mulheres a realizarem suas atividades em meio ao espaço doméstico, tendo que improvisar e se dividir entre as demandas familiares e as profissionais, o que as submeteu ainda mais aos processos de superexploração e precarização do trabalho.

Comparamos o/a professor/a com um/a equilibrista nesse processo, visto que o trabalho remoto, com todos os desafios da

apropriação de novas tecnologias e de investimento em equipamentos, configura-se como mais um “prato” que o/a docente precisa manter girando, ao mesmo tempo que necessita equilibrar o investimento em equipamentos para ter condições de lecionar, considerando que não são garantidas pelas instituições de ensino as condições concretas para desenvolver seu trabalho de dentro do lar, onde se encontra isolado/a em meio às demandas domésticas e, muitas vezes, dos/as filhos/as, que dependem de seu atendimento e atenção. As docentes mulheres que vivenciam essa sobrecarga de trabalho têm evidenciado seu esgotamento por estarem submetidas à intensificação do trabalho diante das exigências quase que “*full time*” de estarem permanentemente *on-line* em reuniões e atividades administrativas e burocráticas, respondendo *e-mail* e dúvidas nas distintas plataformas que invadem sua dinâmica doméstica e o pouco que restava da vida privada dessas trabalhadoras docentes, frente a uma jornada de trabalho que agora parece ser infinita. Além disso, os desafios de estudar e ensinar no ambiente doméstico ultrapassam a condição de acesso à internet, pois muitos/as docentes e discentes se encontram em meio às atividades domiciliares, tendo de cuidar dos filhos, das crianças com quem convivem, das pessoas adoecidas e/ou de pessoas idosas que dependem de sua atenção e envolvimento.

Para a categoria profissional que historicamente luta por uma educação como direito de todos/as (pública, gratuita, de qualidade, universal e socialmente referenciada) e busca combater o aumento das desigualdades educacionais que historicamente vivenciamos nesse país, o desafio desse contexto aumenta ao se problematizarem as condições concretas que os/as estudantes possuem para vivenciar a formação nessa modalidade. Não há igualdade de acesso e condições de permanência para os/as estudantes e, diante dessa realidade, a assistência estudantil deve ser prioridade, bem como problematizada e reorganizada, considerando as particularidades desse momento pandêmico, que é excepcional.

É necessário atentar para que essa medida de Ensino Remoto, que se justifica como excepcional, não se configure como permanente, pois, conforme adverte Antunes (2018), interessa ao capitalismo transferir para o trabalhador despesas que antes eram de atribuição exclusiva de patrões e empresas. Essa realidade confronta com a perspectiva de uma educação emancipadora, resistente à mercantilização, aligeiramento e flexibilização, defendida pelo Serviço Social. Nesse sentido, precisamos nos atentar e resistir para não naturalizar a lógica do Ensino Remoto, que casa perfeitamente com a lógica de educação flexibilizada e comercializada. Para isso, nossa categoria conta com a articulação política e a orientação das entidades representativas da profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), as quais, ancoradas nas Diretrizes Curriculares (1996) – arcabouço documental e legal – e sob a orientação do Projeto Ético-Político Profissional, têm dado suporte para a categoria por meio de seu posicionamento e resistência, da produção de materiais audiovisuais e dos demais subsídios que permitem direcionar a articulação coletiva e o posicionamento de assistentes sociais.

ARTICULAÇÃO DAS ENTIDADES PELA GARANTIA E DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

O Serviço Social brasileiro chega ao século XXI com uma direção teórico-política consolidada e que se expressa, principalmente, por meio da Lei 8.662/1993, a qual regulamenta a profissão de assistentes sociais, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993). Apresenta-se com um amplo campo de formação, atuação, pesquisa e produção do conhecimento e possui uma sólida dimensão organizativa, mediante articulação e atuação

de suas entidades representativas: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO.

Dessa maneira, embora o contexto de pandemia seja inédito à profissão, esta revela deter os fundamentos para fazer a leitura dos elementos postos por essa conjuntura, identificar as mediações com o seu objeto de trabalho, isto é, a “questão social”, com as competências e atribuições da profissão, bem como, por meio de sua instrumentalidade, responder aos desafios postos pelo tempo presente.

Esses fundamentos se inscrevem no entrecruzamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que orientam a formação, a produção do conhecimento e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. Portanto, o substrato para o deciframento da realidade atual, a identificação das demandas e as respostas profissionais encontra-se na reafirmação do atual projeto ético-político profissional, considerando seus pressupostos, princípios e diretrizes.

Nesse sentido, inscreve-se como caminho viável e necessário à unidade formação-trabalho profissional na atualidade a apreensão de que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social e que, portanto, necessita decifrar o tempo presente, as demandas concernentes à profissão e as possibilidades de sua atuação. Sendo assim, espera-se, ao fazer tal leitura, que o Serviço Social empreenda um rigoroso trato histórico, teórico e metodológico que oportunize identificar o conjunto de questões e desafios com os quais os/as assistentes se defrontam no universo da produção e reprodução da vida social na atualidade, bem como, mediante adoção de uma teoria social crítica, que propicie a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, articule a dimensão

investigativa e interventiva na direção das respostas profissionais necessárias e que, assim, demarque a relação intrínseca entre teoria e prática, para elaboração de políticas, programas, planos, projetos e ações coletivas, que visem o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, na particularidade da pandemia da Covid-19.

Nessa direção, as entidades representativas da profissão envidaram esforços para a construção de subsídios que viessem orientar a articulação e a atuação individual e/ou coletiva dos/as assistentes sociais, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, principalmente, naqueles mais exigidos nesses tempos.

Cabe destacar a evidência da modalidade de trabalho remoto, que alterou a relação direta e cotidiana da maioria dos/as profissionais com seus/suas usuários/as e obrigou a articulação extensiva das novas tecnologias de comunicação nos processos de trabalho, nos quais esses/as profissionais se inserem. Essa realidade trouxe diversas questões no que se refere ao sigilo profissional, à realização de estudos sociais e de visitas institucionais e domiciliares e à elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais.

Sob a pecha da excepcionalidade da conjuntura atual, profissionais, em todo o país e inseridos/as nas mais diversas áreas, foram imediatamente pressionados/as a responder às novas requisições postas. No âmbito da saúde, por exemplo, aponta-se a responsabilização pelo repasse de informações sobre o quadro clínico e a ocorrência de óbitos de usuários/as com Covid-19, que ficaram isolados e sem o acesso às suas famílias. No processo de formação, o Ensino Remoto foi articulado como a alternativa, inclusive, com a constrição pela oferta do Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, que somente se realiza mediante a inserção do/a discente no espaço socioinstitucional e sob supervisão direta. No sistema de justiça, evidencia-se a recorrência de solicitações de realização de procedimentos por

videoconferência ou mesmo a elaboração dos documentos técnicos apenas pela análise das peças processuais.

Diante de tais circunstâncias, a categoria imediatamente reagiu e, em tempo hábil, foram elaborados, pelo conjunto de suas entidades, protocolos, notas técnicas e orientações normativas, assim como emitidos diversos posicionamentos sobre demandas emergentes, requisições indevidas, competências e atribuições relativas aos/às assistentes sociais. Da mesma maneira, também foram elaboradas e publicizadas produções que ofereceram leituras críticas acerca da realidade pandêmica e de suas mediações com a formação, a produção do conhecimento e o trabalho profissional. Todas essas ações foram efetivadas, exatamente, articulando o conjunto dos fundamentos que alicerçam a profissão com o deciframento dos novos e a reedição de velhos elementos postos no cotidiano profissional, a fim de responder de forma mediada às múltiplas e complexas exigências da atualidade, sem que, para tanto, houvesse o abandono da atual direção teórico-política que orienta o Serviço Social brasileiro.

Dessa maneira, reafirmaram-se as diretrizes que embasam o projeto ético-político profissional como o horizonte a ser mirado pelo conjunto da categoria para leitura da relação entre as requisições postas e a mediação no tocante à emissão das respostas profissionais condizentes. Tal direcionamento que se inscreve a partir de bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas ficou nítido nos seguintes subsídios:

1 - Orientação Normativa n. 3/2020, de 31 de março de 2020 (CFESS), que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. Nela, a profissão reconhece o direito das famílias de serem devidamente informadas a respeito das condições de saúde, bem como do óbito de seus entes e das causas que resultaram no falecimento. Todavia, com base na Lei de regulamentação da profissão, aponta que a comunicação de óbito

não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social e que esta deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da *causa mortis* dos/as usuários/as dos serviços de saúde.

2 - Sobre o teletrabalho, o CFESS (2020) publicou orientação em que estabelece que a profissão já fazia uso das Novas Tecnologias de Informação e de instrumentos remotos em seus processos de trabalho, porém o problema que se vislumbra é limitar o trabalho profissional somente a eles.

Posto que o trabalho remoto (teletrabalho) apresenta uma série de repercussões e limitações ao trabalho profissional, podendo inclusive tornar algumas atividades inviáveis. Dessa forma, compreendemos que as ferramentas remotas não podem se confundir com a finalidade do trabalho profissional ou não podem ser entendidas com um fim em si mesmas (CFESS, 2020, p. 7).

Ainda, assevera que o teletrabalho incide sobre tensões quanto à garantia das condições éticas e técnicas para o exercício profissional, inclusive, no que tange à efetividade do sigilo profissional. Portanto, torna-se inviável em determinadas situações.

Nessa perspectiva, problematiza acerca da necessidade de se verificar estratégias anteriores para a realização do trabalho de assistentes sociais, como: preparação adequada do espaço físico de trabalho, garantia dos Equipamentos de Proteção Individual, rodízio da equipe de trabalho e demais medidas que versam sobre o cumprimento dos Protocolos de Biossegurança definidos pelos organismos de saúde competentes.

3 - A ABEPSS reafirmou a incompatibilidade da formação profissional do Serviço Social com a modalidade de ensino a

distância, mediante o acúmulo da categoria no que concerne à identificação dos limites e das lacunas pedagógicas referentes a essa metodologia e às diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (CFESS, 2015). No que diz respeito ao Estágio Supervisionado, publicou nota na qual indicou a suspensão dessa atividade, por entender que o Estágio não se trata de serviço essencial à população, mas de um componente da formação profissional que necessita de supervisão direta (de campo e acadêmica). Não se desconsidera que a reflexão sobre a formação e o trabalho profissional no contexto da pandemia pode se constituir como elemento formativo, mas se apreende que o Estágio não pode ser realizado a distância, levando em conta a sua própria natureza (inserção do estagiário/a no espaço institucional) e observando:

[...] o precário quadro dos espaços sócio-ocupacionais, ainda que medidas institucionais sejam tomadas e que o acompanhamento seja feito pelo/a Supervisor/a de Campo, o atendimento das demandas decorrentes à contenção da pandemia, pode ocasionar o não resguardo dos direitos dos/as discentes, principalmente o não resguardo da sua condição de saúde. Entendemos, assim, que este resguardo precede a qualquer acúmulo de conhecimentos que possa ser agregado na formação profissional dos/as estagiários/as (ABEPSS, 2020, p. 1).

4 - Ainda, cabe destacar o esforço empreendido pelos/as pesquisadores/as do Serviço Social, no sentido de apresentar à categoria a necessidade de se reapropriar permanentemente do conjunto dos fundamentos que expressam o acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão, construído histórica e coletivamente. Isso posto, inscreve-se como um legado

do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro e reitera a direção crítica imanente a essa profissão.

Sabemos que muitos de nós já conhecem as normativas e as produções intelectuais fundamentais de nossa profissão. Mas, vale reler com olhos livres de quem está vendo a pandemia no agora. Isso nos fortalece e revigora nossos argumentos. De posse dessa releitura, precisamos continuar agindo coletivamente – mesmo que as reuniões de equipe estejam suspensas – pois sempre se faz necessário lembrar que competência se constrói coletivamente, não se tratando de um mérito ou êxito individual (MATOS, 2015). Por meio das redes sociais precisamos, primeiramente, fortalecer nossas construções coletivas nos serviços que trabalhamos, embasando assim nossas proposições e decisões. [...] Surgirão requisições técnico-administrativas equivocadas para o Serviço Social, mas se tomarmos como referência o que propomos nos itens 1 e 2 teremos capacidade e tranquilidade para enfrentar tais requisições (MATOS, 2020, p. 5-6).

Somente uma profissão com o devido rigor histórico e teórico-metodológico, bem como com plena maturidade intelectual, política e organizativa, é capaz de fazer esse movimento. Nesse sentido, reafirma-se uma direção crítica que a profissão assumiu e consolidou nos últimos 41 (quarenta e um) anos, cujas mediações se firmam na materialidade da formação, da produção do conhecimento e do trabalho profissional. Isso ocorre mesmo diante do desafio hercúleo que se registra com a pandemia, que veio agravar uma crise estrutural do capitalismo e as suas consequências societárias, além de complexificar e pressionar para baixo as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

CONCLUSÕES

Acompanhamos a precarização no Ensino Superior se agudizar nas últimas décadas, fortalecendo a lógica mercantil da educação. Com a pandemia da Covid-19 e suas “flexibilizações”, tanto na forma como no conteúdo, a qualidade da formação passa a ser fortemente desafiada e, aqui, destacamos os princípios fundamentais preconizados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), no que diz respeito às “dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996).

Frente ao contexto ultraliberal do Estado, que reduz drasticamente o investimento em todas as políticas públicas, dentre elas a Educação, a vivência da pandemia da Covid-19 amplia ainda mais as desigualdades sociais com impactos mais severos nos países dependentes, onde os níveis de desigualdade social são historicamente mais extensos, sendo vivenciadas pela classe trabalhadora e trazendo intensas consequências no processo de formação de todos/as os/as estudantes de graduação e pós-graduação. No entanto, sabemos que nesse contingente aqueles que mais são impactados têm classe, cor/etnia, gênero e sexualidades, uma vez que as maiores consequências são vivenciadas pelos/as pobres, pretos/as, mulheres, indígenas e Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero e mais (LGBTQIA+).

Faz-se necessário, junto às entidades da categoria profissional, as quais ao longo dos anos vêm travando uma incansável luta para que a Educação não seja privilégio, reiterar o ensino presencial como modalidade essencial no processo de formação profissional de qualidade, na defesa da incompatibilidade

da modalidade EaD com o Projeto Ético-Político da categoria e com a formação profissional em Serviço Social. Da mesma forma, avançar na análise sobre a utilização da modalidade de Ensino Remoto Emergencial, seus impactos e tendências de improvisação, que responsabiliza individualmente docentes e discentes por seu processo de aprendizagem e se situa como medida excepcional, considerando assim suas inúmeras consequências na vida do/a trabalhador/a docente e estudantes envolvidos nesse processo.

Ademais, destacam-se os impactos e as necessárias estratégias para que, de fato, o Ensino Remoto adotado não seja confundido com EaD, considerando suas peculiaridades e os danos que esse “arranjo” denominado como Ensino Remoto ocasiona para os/as estudantes e professores, desafiando a luta histórica por uma formação de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada.

Por fim, defendemos as particularidades que medeiam a profissão, alinhando-se às lutas sociais mais gerais, sobretudo, em prol de mais investimentos em pesquisas sobre o vírus e suas mutações, de recursos dispensados aos equipamentos de saúde para tratamento da doença e seus agravos, da vacinação pública para todos/as, da continuidade do auxílio emergencial para o segmento da população que dele necessitar e para demais esforços do Estado na direção do pleno e efetivo enfrentamento dessa pandemia e de suas consequências sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. “Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Referente ao Estágio Supervisionado no Período de

Isolamento Social para o Combate ao Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)”. **Temporalis**, n. 39, janeiro/junho, 2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. “Proposta Básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para debate”. **Cadernos ABEPSS**, n. 7, 1996.

AGÊNCIA BRASIL. “Doenças erradicadas voltam a assustar; veja os desafios da vacinação”. **Portal Eletrônico Agência Brasil** [2018]. Disponível em: <<https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União - CGU. Portal da Transparência. **Orçamento**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Orientação Normativa n. 03/2020**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre o Ensino a Distância e a Graduação em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. “Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez anos”. **Portal Eletrônico FGV** [2018]. Disponível em: <<https://portal.fgv.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. “Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social”. **Sociedade Em Debate**, vol. 15, n. 1, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MATOS, M. C. “A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde”. **Portal Eletrônico CRESS16** [2020]. Disponível em: <<http://www.cress16.org.br>>. Acesso em: 10/02/2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde. “Folha informativa COVID-19”. Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. **Portal Eletrônico PAHO** [2020]. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 28/01/2021.

PEREIRA, L. D. “Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social”. **Revista KATÁLYSIS**, vol. 12, n. 2, 2009.

REIDEL, T. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional: uma materialização em xeque** (Tese de Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2010.